

Parecer dá mais 270 bi ao Orçamento

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento apresentou às 21h00 de ontem seu parecer final, surpreendendo os parlamentares com uma reestimativa de receita que passa a ter um acréscimo de Cr\$ 270 bilhões sobre o total de Cr\$ 51 trilhões previstos pelo próprio Governo. Estes recursos entrarão nos cofres do Governo através do recolhimento dos impostos sobre importações, sobre operações financeiras e, também, da receita do patrimônio da União. "Ainda não examinamos o relatório, que em princípio nos pareceu bom, mas este aumento de receita é preocupante", analisa o vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES).

O relatório deverá ser votado hoje na Comissão, para que possa ser submetido o mais rápido possível ao plenário do Congresso. Como o relator adotou o indexador de 9,224, considerando a inflação no período, quando o orçamento for promulgado, terá o valor corrigido para Cr\$ 470 trilhões. Mas, apesar do acréscimo de receita, o principal projeto do Governo Fernando Collor — o da construção de 940 Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) no ano que vem — sofreu uma redução. Do bilhão de dólares reservado para esse fim, o relator deduziu Cr\$ 42,6 bilhões, que serão destinados a custear o projeto (pagamento de água, luz e outras despesas de custeio).

O relator realocou os recursos de diversas áreas. Ciências e Tecnologia ganhou mais Cr\$ 20 bilhões, o combate a seca ficou com mais Cr\$ 84 bilhões, os programas de irrigação ficaram com Cr\$ 23,3 bilhões, os projetos de meio ambiente ganharam mais Cr\$ 33,3 bilhões, o DNER teve mais Cr\$ 200 bilhões, as escolas técnicas ficaram com mais Cr\$ 23 bilhões e as universidades com Cr\$ 30 bilhões a mais.

Em sua proposta orçamentária, o Governo não havia cumprido as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o obrigam a discriminar quanto cada estado e conjunto de municípios receberá da rubrica "recursos de transferências para estados e municípios", com recursos da seguridade social. O relator, porém, fez a discriminação dos recursos para todos os estados da Federação.